

# Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 12.989 - DF (2019/0280968-3)

**RELATOR** : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
**REQUERENTE** : PAULO ALVES SATAS  
**ADVOGADO** : GISELLE GOMES DE MATOS - DF043151  
**REQUERIDO** : MARIA ALVES SATAS

## DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela provisória, apresentado por PAULO ALVES SATAS, objetivando a atribuição de efeito suspensivo a agravo em recurso especial interposto contra decisão denegatória de recurso especial.

O requerente sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido proferido em sede de apelação teria negado vigência aos artigos 5º, inciso LV, da Constituição Federal e aos artigos 7, 9, 10 e 99, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, ao revogar o benefício da gratuidade de justiça sem a prévia manifestação da parte interessada.

Embasa o *fumus boni iuris* na plausibilidade jurídica das alegações postas no recurso especial.

Quanto ao *periculum in mora*, o relaciona com a penhora realizada no curso de cumprimento provisório de sentença e leilão marcado para o dia 2/10/2019.

Pugna, ao final, pelo deferimento do pedido liminar para emprestar efeito suspensivo ao recurso especial "*suspendendo-se, por consequência, os efeitos das decisões recorridas e inviabilizando o cumprimento provisório de sentença*" (e-STJ fl. 10).

É o relatório.

### DECIDO.

Consoante o disposto no art. 1.029, § 5º, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015, com a redação dada pela Lei nº 13.256/2016, "*o pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo*".

No caso vertente, considerando que já foi realizado o juízo prévio de admissibilidade do recurso especial, embora negativo, entende-se competir a esta Corte Superior o exame do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

Vale ressaltar, a propósito, que este Tribunal Superior, em casos excepcionais, autoriza a concessão de efeito suspensivo a recurso especial ainda que inadmitido na origem, desde que demonstrada, além da presença cumulativa dos requisitos do *periculum in mora* e

# Superior Tribunal de Justiça

do *fumus boni juris*, a viabilidade de reversão do prévio juízo negativo de admissibilidade, conforme decidido nos seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL EM MEDIDA CAUTELAR - PRETENSÃO VOLTADA À ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, A SER REMETIDO A ESTA CORTE NA FORMA DE ARESP - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE JULGOU EXTINTA A MEDIDA CAUTELAR - AUSENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI JURIS E PERICULUM IN MORA - FORTE PROBABILIDADE DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL - INSURGÊNCIA RECURSAL DO REQUERENTE.

1. A concessão da medida cautelar para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora.

(...)

5. Agravo regimental desprovido."

(AgRg na MC 25.558/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 31/3/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR, QUE VISA ATRIBUIR EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO, NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO À MEDIDA CAUTELAR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Somente em situações excepcionalíssimas esta Corte tem admitido medida cautelar para atribuir efeito suspensivo a Recurso Especial pendente de admissibilidade ou inadmitido, na origem, desde que presentes os seguintes requisitos, cumulativamente: *fumus boni juris*, consubstanciado na probabilidade de êxito do Recurso Especial; *periculum in mora*, associado à comprovação de existência de risco de dano grave e de difícil reparação.

(...) V. Agravo Regimental improvido."

(AgRg na MC 24.722/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/3/2016, DJe 16/3/2016).

No caso em apreço, contudo, não é possível visualizar a existência de situação excepcional apta a ensejar o deferimento da medida extrema.

Isso porque o conteúdo normativo dos dispositivos legais apontados como malferidos no apelo nobre não foi debatido no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração.

Desatendido, portanto, o requisito do prequestionamento, nos termos do enunciado nº 211 da Súmula desta Corte: "*Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.*"

Assim, em um exame perfunctório, próprio das liminares, não se constata

# *Superior Tribunal de Justiça*

plausibilidade jurídica da insurgência do requerente.

Nesse contexto, ausente um dos requisitos autorizadores da concessão da medida urgente, que devem estar necessariamente conjugados, inviável o deferimento do pleito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

